

O Jornalismo Profissional e suas Fronteiras: estratégia de distinção de um jornal-empresa a partir da emergência de novos meios e processos de produção¹

Michelle Roxo de Oliveira²

FIAM-FAAM Centro Universitário / Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, SP

Resumo

O artigo toma como ponto de partida um trecho do discurso de Otávio Frias Filho, publicado em caderno comemorativo dos 95 anos da Folha de S. Paulo, para problematizar as fronteiras do jornalismo profissional no mundo contemporâneo, em um cenário marcado por maior complexidade nas formas de conceber, praticar e consumir informações, com novos atores operando no terreno midiático. Analisa, a partir do episódio em questão, a tentativa do jornal de situar/reforçar o lugar do jornalismo ali praticado em uma posição distintiva, invocando a classificação “profissional” (marcador simbolicamente poderoso) como forma de forjar uma diferenciação mais estrita em relação aos seus “outros”.

Palavras-chave: jornalismo; profissional; classificação; fronteiras; jornais; diferenciação.

Introdução

O jornalismo vive um profundo paradoxo. Nunca se divulgou nem se leu tanta notícia como hoje. Uma série de veículos surgiu ou se espalhou pelas novas plataformas de comunicação. Uma imensidão de novos leitores se acrescentou ao leitorado tradicional. As redes sociais se tornaram uma ampla câmara de ressonância e debate sobre o que é publicado nos próprios meios jornalísticos. Essa diversidade tem sido benéfica para o público. Variantes de jornalismo comunitário, militante, autoral e até de entretenimento contribuem para a pluralidade de ângulos. Mas são parciais. Não podem nem pretendem reproduzir a referência do jornalismo profissional, que procura fazer um resumo periódico do mundo, resumo sempre precário, mas tão abrangente, isento e confiável quanto possível – e tendo boas razões de mercado para se empenhar em perseguir esse ideal. (FRIAS FILHO, 2016)

A fala de Otávio Frias Filho, diretor de redação da Folha de S. Paulo, publicada como texto de apresentação do caderno comemorativo dos 95 anos do jornal³, na edição de 28 de fevereiro de 2016, invoca o problema das fronteiras do jornalismo profissional no mundo contemporâneo. O surgimento de novos personagens como potenciais produtores e

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XVI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Docente do FIAM-FAAM Centro Universitário e da Faculdade Cásper Líbero. Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

³ Especial intitulado “Para que serve um jornal”.

difusores de informações na Internet, com amplas possibilidades de interação e participação, a presença de usuários ativos em redes sociais com capacidade discursiva para operar no terreno midiático, são fenômenos que abalam o domínio da mídia tradicional no processo de mediação entre os “acontecimentos” e a sociedade. Expressões como “jornalismo participativo”, “cidadão-jornalista”, “jornalistas livres”, a proliferação de blogs, coletivos de jornalistas e novas mídias revelam a presença de novos atores em cena. A imprensa vê arrefecer, neste contexto, seu lugar como geradora e mediadora exclusiva da informação, o que torna a credibilidade dos jornais, mais do que nunca, um recurso indispensável para sua sustentabilidade (RAMONET, 2012). A resposta do dirigente da Folha diante destes fenômenos ancora-se na tentativa de situar/reforçar o lugar do jornalismo praticado pela empresa em uma posição distintiva (BOURDIEU, 2007), invocando a classificação “profissional” (marcador simbolicamente poderoso) como forma de forjar uma diferenciação mais estrita em relação a seus “outros”, associados, no trecho em tela, às concepções de jornalismo “comunitário, militante, autoral”. O esforço de Frias Filho de recrudescer as linhas demarcatórias do chamado “jornalismo profissional”, a partir de uma dicotomia do tipo “nós/eles”, revela que esta identidade está em jogo. “A identidade só se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”. (MERCER, 1990, p.43, apud HALL, p.9, 2006).

Mas por onde passam afinal as fronteiras do jornalismo profissional? No que diz respeito à questão da identidade, sabemos que as fronteiras são de parte a parte social, um estado das lutas entre os que têm interesse num ou noutro modo de classificação (BOURDIEU, 2004). Embora haja toda uma tradição de pesquisa tributária da área da sociologia das profissões, voltada para a identificação de tipologias definidoras do profissionalismo e seus níveis de institucionalização, como destaca o estudo de Diniz (2001), não temos a intenção neste texto de nos filiar a este debate teórico. Aqui, compreendemos a classificação “profissional”, sobretudo, pelo recurso a uma posição de identidade, como um processo de diferenciação que tem de ser ativamente produzido no mundo social, que tem como suporte a produção simbólica e discursiva e envolve relações de poder. Incluir/excluir (estes pertencem, aqueles não), demarcar fronteiras (nós e eles), classificar (profissional x amador) são recursos mobilizados neste processo de diferenciação, que envolve disputas, interesses simbólicos e materiais, bem como a organização de hierarquias. (SILVA, 2009)

Nos limites deste artigo, nos interessa pensar esta classificação associada ao jornalismo - tendo como ponto de partida a fala do dirigente da Folha - como uma estratégia de autolegitimação mobilizada pelos próprios jornais, em um esforço de “controle” das fronteiras profissionais, diante de um cenário marcado pela maior complexificação nas formas de se conceber, praticar e consumir jornalismo. Baseado num princípio de oposição entre atores/lugares qualificados e não-qualificados, este recurso pode ser compreendido a partir dos efeitos de diferenciação que busca engendrar, como a separação entre os que estão autorizados ou não a reivindicar esta forma de classificação.

Os jornais como instância de legitimação da prática profissional

Quando acusa os “outros jornalismo”, que se contrapõem ao modelo “profissional” (praticado pela Folha), de serem parciais, Otávio Frias Filho mobiliza todo um imaginário, fortemente presente no paradigma do chamado jornalismo informativo, ancorado em valores como imparcialidade, isenção e objetividade – valores assumidos dentro das próprias estratégias discursivas das empresas jornalísticas para firmar seu espaço no mundo social (BARBOSA, 2007). Invoca também a qualidade de uma espécie de ubiquidade própria do jornal enquanto observador capaz de “fazer um resumo periódico do mundo”, “tão abrangente, isento e confiável quanto possível”, ainda que precário. Um reconhecimento da autoridade de fala da imprensa comercial é reivindicado aqui. Ao visibilizar as razões de mercado como um motivo para continuar a perseguir esse “ideal”, a fala do dirigente busca colher os lucros simbólicos de uma suposta independência editorial daí advinda. Convocação de um princípio de independência que quer se tornar tanto mais eficaz, em função do contexto em que foi proferido - marcado por uma série de críticas à cobertura da grande imprensa em relação aos episódios da política em nível nacional, que culminaram posteriormente com o afastamento da presidenta Dilma Rouseff.

Tudo se passa como se o desenvolvimento de uma base comercial estivesse diretamente associado à capacidade de se manter à distância, de garantir uma dada autonomia ao processo de produção jornalístico. O jogo duplo entre interesse (econômico) e desinteresse (compromisso com um jornalismo plural e isento) insinua-se aqui, como forma de legitimar o projeto de jornalismo defendido pela Folha⁴.

⁴ Na chamada de capa da mesma edição comemorativa, o jornal retoma os princípios de seu projeto editorial, ao afirmar: “Em tempo de turbulência no país e na imprensa, a Folha reafirma a base de seu projeto plural, crítico e apartidário e seu compromisso com o jornalismo profissional” (FOLHA, 28 de fevereiro de 2016).

Esforço de legitimação encampado pelos grandes periódicos no Brasil, como atores ativamente envolvidos, ao longo do século XX, no processo de autonomização do jornalismo em relação a outros campos⁵, como o político e o literário, aos quais esteve originalmente interligado. Para Barbosa (2007), esse processo de autonomização ocorreu, de fato, apenas no plano discursivo, e as indicações das relações estreitas entre a linha editorial de determinados veículos e os jogos de interesse político, a interdependência com o Estado (materializada na forma de isenções fiscais, fatias publicitárias), ainda hoje, reforçam chaves de interpretação que caminham nesta direção. De toda forma, há que se considerar que, como prática social historicamente constituída e institucionalizada, a atividade jornalística ao longo do século XX torna-se cada vez mais sujeita a outra forma de controle heterônomo, representada pelas forças de mercado. À medida que vão assumindo estrutura empresarial, os jornais buscam vincular sua sustentabilidade econômica à publicidade e ao incremento das tiragens (de modo a conquistar prestígio como lugar de poder simbólico e, ao mesmo tempo, “vender” a atenção de seu público a anunciantes).

O paradigma da informação com base nos fatos, e uma série de valores a ele associados, como imparcialidade, neutralidade, isenção, objetividade no relato informativo, oferece as bases através das quais o jornalismo se configura como instituição social. A notícia torna-se uma “construção textual paradigmática”, que sustenta a ideia moderna de jornalismo (SODRÉ, 2009). “A imprensa foi deixando de ser definida como um espaço de comentário, da opinião e da experimentação estilística e começou a ser pensada como um lugar neutro, independente”, afirma Ribeiro, em relação ao contexto carioca dos anos 1950.

Na figura dos grandes periódicos, o jornalismo ganha feições comerciais e industriais, em contraponto ao modelo de imprensa de estrutura artesanal e simples, de feições político-partidária e literária (RIBEIRO, 2003, SODRÉ, 1977). O jornal deixa de ser obra de poucos sujeitos, e se insere progressivamente dentro de uma estrutura empresarial que requer um trabalho coletivo, marcado pela crescente especialização de tarefas e complexificação da rede de cobertura noticiosa (BARBOSA, 2007). Uma das consequências deste processo foi o aumento da diferenciação entre uma prática considerada amadora, improvisada, que expressava marcas de uma forma “ultrapassada” de fazer

O especial trouxe uma série de reportagens sobre o ciclo de debates realizado na semana anterior, como parte das atividades comemorativas do aniversário da Folha. Mesas sobre a cobertura da operação Lava Jato e a atuação dos comentaristas políticos fizeram parte da programação do encontro, sintetizada pelo caderno.

⁵ Conforme o conceito de Bourdieu (1996).

jornalismo e a concepção de uma prática profissional, vinculada ao modelo de imprensa informativa.

A manifestação da classificação “jornalismo profissional” se relaciona, assim, às lutas engendradas no processo de constituição desse campo para a imposição dos produtos e produtores considerados legítimos⁶. Está associada ao movimento de estruturação dos jornais em bases comerciais e industriais, ao modelo de jornalismo informativo e à configuração de um corpo de jornalistas assalariados, que passa a se dedicar a esta atividade, progressivamente, como ocupação não provisória⁷, e a construir um sentido de categoria profissional específica (TRAQUINA, 2004). Associa-se também, no Brasil, a ação de uma série de atores e instâncias historicamente envolvidas neste processo, como as entidades representativas de classe (sindicatos e associações)⁸, o próprio Estado (no exercício da regulamentação da atividade) e posteriormente na figura das agências de ensino superior, a partir da segunda metade do século XX, com a institucionalização e expansão do ensino específico (OLIVEIRA, 2011). De fato, a produção da classificação “jornalismo profissional” é um tema que permite múltiplas possibilidades de entrada e está claro que existe uma série de agentes envolvidos neste processo. Aqui, no entanto, chamamos atenção para a centralidade dos jornais, em função de nosso interesse interpretativo.

As redações assumem centralidade como forma dominante de emprego e exercício da atividade jornalística, um local que garante o sentido de pertencimento/reconhecimento para seus praticantes (DEUZE, 2015, p.8). A instituição jornal é localizada como “o berço da profissão, de sua cultura e identidade de trabalho” (NEVEU, 2010, p.29). No Brasil, sobretudo as redações dos grandes periódicos, localizadas nos centros urbanos, como no eixo Rio-São Paulo, tornaram-se referência da forma de praticar o que se entende como jornalismo profissional, e do jornalista que fala a partir deste lugar. A própria pesquisa acadêmica na área de jornalismo, ao priorizar estes espaços como lócus de investigação, contribuiu para solidificar esta percepção, das grandes redações como o lugar legítimo de conhecimento e reconhecimento do que o jornalismo é e de quem são seus praticantes (DEUZE, 2015). Construiu-se assim toda uma forma de definição da profissão “vista como

⁶ Como Bourdieu (1996) nos provoca a pensar, a partir de sua proposta de análise do campo artístico.

⁷ Está claro que estes processos foram marcados por temporalidades distintas, quando consideradas as particularidades de contextos sociais específicos.

⁸ Em relação à atuação dos sindicatos na redefinição profissional da identidade dos jornalistas, consultar a pesquisa de Silva (2007): “Jornalistas, pra quê? Militância sindical e o drama profissional”.

prática de produção noticiosa realizada em instituições que seguem o modelo tradicional de empresa jornalística (privada e “independente)” (ADGHIRNI, 2012, p. 70).

Neste processo, elites dirigentes das grandes redações, responsáveis por seus projetos, reformas, documentos editoriais, manuais de redação e demais metanarrativas assumiram, no Brasil, um lugar social privilegiado na construção de representações sobre o jornalismo profissional. Algumas se notabilizaram, inclusive, por encaminhar grandes reformas, associadas a processos de organização e controle do trabalho, em uma espécie de “cruzada modernizadora” contra formas consideradas tradicionais ou ultrapassadas na maneira de se praticar jornalismo, como se pode notar no exemplo das reformas empreendidas pelos jornais cariocas na década de 1950 (RIBEIRO, 2003) e o *Projeto Folha*, na década de 1980, em São Paulo (OLIVEIRA, 2013).

Sabemos que o qualificador “profissional” está fortemente relacionado à autoridade de fala do especialista. Como resultado de um processo formativo que busca atestar o acesso e domínio a um corpo de conhecimentos fortemente codificados (FREIDSON), a posse de credencial acadêmica específica, no que diz respeito a uma série de ocupações, constitui-se como chave de acesso a uma espécie de reserva de mercado qualificada. O campo jornalístico, no entanto, encontra dificuldades para garantir um princípio de fechamento de fronteiras a partir da condição do jornalista diplomado (OLIVEIRA, 2011). Episódio revelador, neste sentido, foi a decisão do Supremo Tribunal Federal, em 2009, de abolir a obrigatoriedade do diploma superior em jornalismo, depois de cerca de 40 anos de vigência do decreto-lei 972/60, que instituiu a formação universitária específica como meio de acesso legal ao mercado de trabalho.

O sindicato da categoria, bem como outras instâncias que defendem o diploma específico de jornalismo como condição de acesso ao campo, buscam vincular o sentido da palavra “profissional” à formação universitária específica. Contudo, tomando como exemplo o próprio caso da Folha de S. Paulo e sua posição historicamente contrária em relação à exigência do diploma específico, podemos compreender que, para alguns detentores dos meios de produção no jornalismo, esta terminologia pode ser apropriada a partir de outras referências, associadas, por exemplo, aos limites de uma produção disciplinada e organizada no âmbito da empresa. Ainda que o diploma seja um elemento significativo para a estruturação da identidade profissional no Brasil (MICK, 2015), esse elemento, em si, não é capaz de segurar os contornos que situam o “jornalismo profissional”.

Interesses em jogo

Em artigo publicado no jornal O Globo em 22 de março de 2016, intitulado “Jornalismo profissional em tempos de crise”, o presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Carlos Fernando Lindberg Neto, também expressa tentativa de distinguir aquilo que é próprio do “jornalismo profissional” de outras práticas que, ao fim e ao cabo, na visão do representante, não poderiam se apresentar como tal. O vocábulo “crise”, mobilizado no título do artigo, se associa ao longo do texto aos embates desenhados no cenário político nacional, que resultaram posteriormente no afastamento da presidenta Dilma, e que desencadearam uma série de críticas à cobertura da grande imprensa (algumas das quais encontraram ressonância na expressão “mídia golpista” entoada por manifestantes em protestos). A ambiguidade contida no título nos permite associar a palavra “crise” não apenas aos embates do campo político, mas ao próprio questionamento em torno da credibilidade da grande imprensa na cobertura no episódio em questão. Permite invocar também as tensões do lugar de fala do jornalismo que aí se pratica, diante das transformações na produção, circulação e consumo das informações, e a presença de outros atores engajados na produção de narrativas, notadamente sobre o cenário político.

Jornalistas vêm trabalhando mais do que nunca para dar aos cidadãos a visão mais abrangente possível da realidade. Porque é exatamente esse o papel do jornalismo: noticiar os fatos da forma como eles se dão, de modo a que as pessoas tenham a apreensão da realidade. Se as delações premiadas acontecem, se a Justiça divulga o que apura, se há manifestações populares contra e a favor do governo, cabe ao jornalismo levar tudo isso à sociedade. (...) **O jornalismo profissional é essencialmente diferente do jornalismo engajado e panfletário dos blogs chapas-brancas** que hoje proliferam na internet, custeados por recursos públicos, ou seja, recursos dos cidadãos, o que é revoltante e condenável. (O Globo, 22 de março de 2016).

O tom do artigo, todo ele construído na tentativa de reforçar o lugar de autoridade e legitimidade dos jornais para “noticiar os fatos da forma como eles se dão”, recorre à estratégia de diferenciação entre a prática do jornalismo “profissional” e o “jornalismo engajado e panfletário”. Ao acusar blogs de serem custeados com recursos públicos, o presidente da ANJ reforça – a exemplo da fala de Frias Filho - o modelo de imprensa comercial como aquele capaz de realizar o “jornalismo profissional”, em função de uma suposta autonomia assegurada pelas forças de mercado.

Está claro que esta forma de oposição, que situa o jornalismo da chamada grande imprensa num lugar profissional e “despolitizado”, coloca em jogo interesses simbólicos e materiais decisivos, como o próprio acesso a recursos provenientes do poder público, na forma de anúncios, subsídios, patrocínios. Exemplar, neste sentido, foi o episódio recente envolvendo a decisão da Secretaria de Comunicação Social (Secom) do governo Michel Temer, noticiada em junho de 2016, no sentido de cortar recursos destinados a blogs e “sites opinativos”, sob a justificativa de “evitar associação com produtos de opinião, como os blogs”, e se associar a “produtos jornalísticos que tenham conteúdo de interesse público”, segundo as palavras do Planalto. O anúncio – que, em certo sentido, se alinha à posição do presidente da ANJ - gerou uma série de manifestações contrárias. Artigo publicado no portal Carta Maior⁹, um dos veículos atingidos pela medida, chamou atenção para a tentativa de desqualificação da “produção jornalística alternativa” e inviabilização do pluralismo político, bem como para o fato de o valor cortado pelo governo federal representar porcentagem ínfima do bolo publicitário, quando comparado aos recursos substanciais escoados para a grande mídia, notadamente para a televisão.

Para além das críticas que podem ser lançadas em torno das medidas e motivações políticas de um governo provisório, questionado no âmbito de sua própria legitimidade, importa destacar, neste episódio, os argumentos mobilizados pela Secom, que reforçam a noção de um dado modelo de imprensa como sendo a expressão daquilo que pode ser qualificado, de fato, como produto jornalístico (em contraponto a veículos que, nas palavras do governo, “não representam a multiplicidade das opiniões”¹⁰ presentes na sociedade e que portanto não contemplariam o interesse público).

Novos meios e atores: alargando o uso da classificação profissional

(...) O que a gente sofre nos Jornalistas Livres de crítica é justamente de chamar a gente de militantes, que isso não seria jornalismo, seria militância. O que eu discordo. A gente declara qual é o nosso lado, que a gente está à esquerda, coisa que o Jornal Nacional não costuma fazer, não costuma deixar claro para sua audiência. A gente costuma deixar isso claro, a gente diz que está ao lado dos direitos sociais e ao lado dos direitos humanos. **E o tempo todo o que se contrapõe é: isso é militância, isso não é jornalismo, isso não é profissional. (...) Só que a gente faz jornalismo**

⁹ “Querem calar a nossa voz” foi o título do artigo abordando o caso, publicado pela revista Carta Maior em 1 de julho de 2016. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Querem-calar-a-nossa-voz/4/36377>

¹⁰ Conforme reportagem da Folha de S. Paulo, de 14 de junho de 2016, intitulada: “Temer corta R\$ 11,2 mi em contratos de sites considerados pró-PT”.

com todos os princípios do jornalismo, então é jornalismo. (...) E não quer dizer que, porque a gente não tem um centavo, não tem dinheiro nesse momento, que a gente não pode fazer **um jornalismo de qualidade que seja profissional.** (TREVISAN, 3 de março de 2016, grifos nossos).

A fala de Maria Carolina Trevisan, do coletivo *Jornalistas Livres*¹¹, proferida numa mesa de debate de programa da rede EBC¹², nos convoca a pensar como o cenário contemporâneo coloca em cena atores que, a partir de novos meios e processos de produção, tensionam certos limites da noção de jornalismo e da própria classificação profissional. Provoca deslocamentos de sentido, quando questiona o uso deste marcador como redutível às redações historicamente consolidadas. Aqui vemos a porta-voz de um coletivo, cujo projeto se contrapõe a ação do jornalismo praticado pela “mídia tradicional”, reivindicar a classificação “profissional” como forma de situar a prática que vêm sendo construída pelo grupo. A recusa da posição de jornalismo militante se insinua na fala de Trevisan, expressando a percepção de que esse vocábulo pode se associar a um movimento de desqualificação - uma concepção de jornalismo “menor” em contraponto à mídia tradicional.

A partir de uma dinâmica de produção descentralizada, com atores não remunerados, o coletivo expressa como orientação o “espírito público” e a negação do interesse privado. A ideia de autonomia e independência é reforçada, entre outros aspectos, pela dinâmica de produção aberta e colaborativa de conteúdo, “sem patrões” e estrutura organizacional hierarquizada¹³, com circulação via Internet. Ao defender o atributo “profissional” como um marcador de identidade associado às práticas e processos colocados em curso pelos Jornalistas Livres, Trevisan invoca os “princípios” do jornalismo e a “qualidade” como traços característicos deste projeto - noções que, não sendo um dado fixo, mas produto de um trabalho de construção histórica e social, carregam sentidos que variam, quando acionados por agentes com interesses e posições diversas no campo. Na visão desenhada por Trevisan, a dimensão política de um jornalismo “à esquerda”, sem fins lucrativos, é compatível com a noção profissional. Ao contrário do paradigma da imprensa comercial, subjaz no argumento mobilizado pela jornalista a ideia de que as próprias razões

¹¹ Trevisan é também uma das fundadoras do canal Ponte, de informações sobre Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos, coletivo de produção jornalística sem fins lucrativos, que aposta num sistema colaborativo baseado em trabalho voluntário.

¹² “Crise política em debate” foi o tema, na ocasião, do programa Ver TV, da TV Brasil, conduzido por Lalo Leal.

¹³ Conforme manifesto presente na página do coletivo. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/quem-somos>.

de mercado ou a ligação com o campo econômico, no limite, colocam em xeque a concepção de interesse público, cara ao jornalismo. Assim, na chave de interpretação de Trevisan, o jornalismo praticado pelo coletivo, ainda que mais engajado politicamente, ao não estar submetido à lógica comercial¹⁴, teria maior grau de autonomia para realizar este imperativo.

Um território em transformação

“(...) se a prática dos jornalistas começa a ser desenvolvida majoritariamente fora das redações tradicionais, é preciso se questionar que tipo de definição pode legitimar a profissão quando exercida em outras condições” (ADGHIRNI, 2013, p. 70). O problema levantado pela autora se associa ao cenário de mudanças no mercado de trabalho, queda da obrigatoriedade do diploma, popularização da Internet, proliferação de novas tecnologias e incremento das possibilidades de produção de informações, sem a mediação da figura dos jornais-empresas.

O redesenho da organização produtiva ocorrida no mundo do trabalho, com a flexibilização crescente das formas de uso e mobilização da força produtiva, tem impactos sobre o número de jornalistas submetidos, hoje, a diversificadas e precárias relações contratuais, distante das condições de possibilidade de emprego estável nas redações: trabalhador terceirizado, contratado por tempo determinado, PJ, freelancer, “fazedor de bico”, empreendedor. Estas são algumas figuras recorrentes no cenário atual, além dos sujeitos que são empurrados para uma condição mais duradora de desemprego, os quais se somam às fileiras de trabalhadores atingidos por transformações mais amplas no mundo do trabalho, relacionadas a processos de reestruturação produtiva, nos marcos do paradigma do “regime de acumulação flexível” (ANTUNES, 2015).

Fenômenos como o encolhimento do mercado de trabalho jornalístico nas redações, dos principais jornais do país e a diversidade de relações contratuais são acompanhados pela maior diversificação dos espaços de produção - das grandes empresas às pequenas unidades produtivas até o ambiente doméstico. A “deslocalização” da produção tem implicações sobre a socialização dos jornalistas: provoca uma experiência de trabalho mais

¹⁴ Um dos desafios do coletivo, que surgiu em março de 2015, é encontrar meios de financiar o projeto. Com uma experiência de crowdfunding via site Catarse, o grupo arrecadou no ano passado cerca de 130 mil reais em 45 dias, com a campanha “Seja Jornalista Livre”. Os recursos seriam destinados para a compra de equipamentos e despesas com passagens (para viabilizar as reportagens), construção de um site, além do aluguel de uma sede em São Paulo.

individualizada e distante da convivência em espaços coletivos, que ajudam a solidificar uma “cultura profissional”¹⁵.

Dentro dos jornais de estrutura empresarial, a exigência por produtividade se soma à prescrição por maior plasticidade dos jornalistas, no sentido de exercer múltiplas funções e demonstrar polivalência. Sob os efeitos da convergência tecnológica, são pressionados com maior carga de trabalho e compressão de prazos, ao alimentar vários canais de informação, não restritos apenas a um tipo de mídia. (MORETZSOHN, 2014, RENAULT, 2013; FONSECA e SOUZA, 2006).

Além do mercado de trabalho em assessoria de imprensa pública ou privada, que absorve um contingente significativo de diplomados em jornalismo (ADGHIRNI, 2012, FÍGARO, 2013), novas funções e atividades, como planejamento de mídias, produção de conteúdos e desenvolvimento de linguagens tem sido exercidas pelos formados (MICK, 2015). Expelidos anualmente no mercado de trabalho por dezenas de faculdades, esses jornalistas são convocados a desempenhar diferentes tarefas, inclusive em empresas não-midiáticas. “O compartilhamento de um mesmo diploma é o eixo em torno do qual se constitui uma identidade comum entre atividades cada vez mais diferentes, dentro e fora da mídia” (MICK, 2015, p.33). Surgem novas práticas, conformam-se novos perfis (FÍGARO, 2013; PEREIRA e ADGHIRNI, 2011), que redefinem representações associadas aos jornalistas e à forma que esta atividade é concebida e reconhecida pelos atores.

Novos canais e formas de produção de informação criam potencial para que o jornalista transite pelas plataformas online, desvinculado dos limites da estrutura de uma empresa de comunicação. Blogs e ferramentas das redes sociais têm sido incorporados para o desenvolvimento de projetos alternativos. Nonato (2015) trabalha a hipótese de que uma série de jornalistas migrou de veículos tradicionais para blogs nos últimos anos, em busca de maior autonomia e liberdade de expressão. Muitos carregam para este novo ambiente um sentido de profissionalismo que certifica seu trabalho.

A partir das tecnologias digitais da comunicação, são constituídas iniciativas que apontam para novos “arranjos econômicos” (sem fins lucrativos, à margem da lógica comercial das tradicionais empresas jornalísticas), como o exemplo de coletivos de jornalistas organizados horizontalmente. Estes arranjos, ainda que precários, são vistos

¹⁵ A esse respeito, Ramonet (2012, p.39) sentencia: “Este intelectual coletivo a que chamamos “redação” é igualmente ameaçado de “desaparição silenciosa”. Como comunidade – com sua tradição de debates, sua hierarquia e seus ritos - também ela está em vias de demolição rápida ou de grande transformação sob os fortes golpes da internet e das redes sociais (...) Nós não podemos medir o que isso significaria, mas seguramente um atentado à própria alma de um certo jornalismo de qualidade”.

como possibilidades alternativas de trabalho, remunerado ou não, no jornalismo (FÍGARO E NONATO, 2015). Sites que se apresentam segundo a chave do “jornalismo independente”, como *Ponte*, *Agência Pública* ou o coletivo *Jornalistas Livres* são exemplos de iniciativas nesta direção. “A natureza da mídia, das aptidões e dos conhecimentos associados tradicionalmente à idéia de jornalismo está mudando com uma combinação de brutalidade e ansiedade, mas também de excitação e inovação” (NEVEU, 2010, p. 29).

Considerações finais e provisórias

Diante deste quadro de transformações, cabe recolocar a pergunta apresentada no início do texto: por onde passam as fronteiras do jornalismo profissional? Pela produção racionalmente organizada e historicamente consolidada da chamada imprensa tradicional? Pelo trabalho do jornalista diplomado, que obteve formação específica numa escola? Passam pelos sujeitos que reconhecem sua ocupação principal como sendo jornalismo, e se dedicam a ela em tempo integral? Passam pelas assessorias de imprensa? Pela constituição de um negócio próprio ou auto-emprego, na figura daquele que se aventura como empreendedor (OLIVEIRA E GROHMANN, 2015)? Passam por atores (remunerados ou não) que se apropriam de novas tecnologias para produzir narrativas, associadas a certos parâmetros e princípios historicamente validados pelo campo, como as noções de atualidade, veracidade, pluralidade e interesse público?

Em um cenário complexo, plástico e de produção mais dispersiva, que desloca linhas de demarcação construídas no esforço de constituição do jornalismo como campo ao longo do século XX, compreendemos que as tentativas de se desenhar fronteiras em torno da classificação “jornalismo profissional” tendem a ser mais tensionadas, indicando outras possibilidades de disputa e estratégias de legitimação.

Referências

ADGHIRNI, Zélia Leal. Mudanças estruturais no jornalismo: travessia de uma zona turbulenta. In: PEREIRA, Fábio Henrique, MOURA, Dione Oliveira e ADGHIRNI, Zélia Leal (orgs.). **Jornalismo e Sociedade** – Teorias e Metodologias. Florianópolis: Insular, 2012, pp. 61-79.

ANTUNES, Ricardo. As metamorfoses no mundo do trabalho. In: **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015, p.59-76.

ABREU, Alzira Alves de. Jornalistas: de românticos a profissionais. **Antropolítica**: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política. Universidade Federal Fluminense. Niterói, n.5, p.7-19, 2.sem. 1998.

BARBOSA, Marialva Carlos. **História Cultural da Imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

_____. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

_____. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. Além do Jornalismo. **Leituras do Jornalismo**. N. 4, v. 1, 2015.

DINIZ, Marli. **Os donos do saber** – profissões e monopólios profissionais. Rio de Janeiro: Renavan, 2001.

FIGARO, Roseli. Perfis e discursos de jornalistas no mundo do trabalho. In: FIGARO, Roseli; NONATO, Cláudia; GROHMANN, Rafael. **As Mudanças no Mundo do Trabalho do Jornalista**. São Paulo: Atlas, 2013.

FIGARO, Roseli; NONATO, Cláudia. Novos ‘arranjos econômicos’ alternativos para a produção jornalística. In: **13º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. Campo Grande: UFMS, 2015.

FONSECA, Virgínia; SOUZA, Paulo Henrique. O Pós-Fordismo na Produção Jornalística. **Intexto**, Porto Alegre, v. 2, n. 15, 2006, p. 1-18.

FREIDSON, Eliot. Para uma análise comparada das profissões. A institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Número 31, ano 11, junho de 1996.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 31, 2003, p.147-160.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 7-22.

MICK, Jacques. Trabalho jornalístico e convergência digital no Brasil: um mapeamento de novas funções e atividades. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, vol.2, n.1 p. 15-37, Jan/Jun, 2015.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. “O ‘novo ritmo da redação’ de O Globo: A prioridade ao jornalismo digital e seus reflexos nas condições de trabalho e produção da notícia”. In: **Revista Parágrafo**. N. 2, vol. 2, agosto/dezembro de 2014.

NEVEU, Erick. As notícias sem jornalistas. Uma ameaça real ou uma história de terror? **Brazilian Journalism Research**. Vol. 6, n. 1, 2010, p.29-57.

NONATO, Claudia. Blogs, colaborativismo e crowdfunding: novos arranjos para o livre exercício do jornalismo e a prática da cidadania. **Revista Alterjor**. N. 6, v. 2, 2015.

OLIVEIRA, Michelle Roxo. O Projeto de Reestruturação do Trabalho Jornalístico na Folha de S. Paulo: racionalidade e gerenciamento. **Cadernos CERU**. V. 24, n. 2, 2013.

_____. **Sobre fronteiras no jornalismo: o ensino e a produção da identidade profissional**. Tese. Programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2011.

OLIVEIRA, Michelle ROXO e GROHMANN, Rafael. O jornalista empreendedor: uma reflexão inicial sobre jornalismo, flexibilização do trabalho e os sentidos do empreendedorismo no campo profissional. **Líbero**. São Paulo, v. 18, n. 35, p. 123-132, jan./jun. de 2015.

PEREIRA, Fábio Henrique e ADGHIRNI, Zélia Leal. O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 24, p. 38-57, janeiro/junho 2011.

RENAULT, David. A convergência tecnológica e o novo jornalista. **Brazilian Journalism Research**. Vol. 9, n. 2, 2013, p.30-49.

SILVA, Marco Antônio Roxo. **Jornalistas, pra quê? Militância sindical e o drama profissional**. Tese de doutorado defendida no programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (PPGCOM-UFF), 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. SILVA, Tomaz Tadeu (org). 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 73-102.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **A Tribo Jornalística: uma comunidade transnacional**. Lisboa (Portugal): Editorial Notícias, 2004.

RAMONET, Ignacio. **A Explosão do Jornalismo**. São Paulo: Publisher, 2012.

Outras fontes

CARTA Maior. Querem calar a nossa voz. São Paulo, 1 de julho de 2015. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Querem-calar-a-nossa-voz/4/36377>. Acesso em 5 de julho de 2016.

FRIAS FILHO, Otávio. O paradoxo da mídia. In: Folha 95 anos. Para que serve um jornal? (caderno comemorativo). **Folha de São Paulo**, 28 de fevereiro de 2016, p. 2.

LINDENBERG NETO, Carlos Fernando. Jornalismo profissional em tempos de crise. **O Globo**, 22 de março de 2016. Disponível em <http://oglobo.globo.com/opiniao/jornalismo-profissional-em-tempos-de-crise-18928960>. Acesso em 4 de julho de 2016.

SÁ, Nelson de. Temer corta R\$ 11,2 mi em contratos de sites considerados pró-PT. **Folha de S. Paulo**, 14 de junho de 2016.

TREVISAN, Carolina Maria. CRISE política em debate. Ver TV. **TV Brasil**, 3 de março de 2016. Programa de debate mediado por Lalo Leal. Disponível em <http://tvbrasil.ebc.com.br/vertv?page=1>.